

78º CONCURSO DE INGRESSO NO MINISTÉRIO PÚBLICO-SP

1ª FASE – 1996

Gabarito no final

PROVA DE DIREITO PENAL

1) De acordo com o art. 36 da Lei nº 6.368/76 são consideradas entorpecentes:

- a) somente as substâncias especificadas em lei como entorpecentes ou capazes de produzir dependência física ou psíquica ou as assim relacionadas pelo órgão adequado do Ministério da Saúde.
- b) qualquer substância entorpecente que cause dependência física ou psíquica.
- c) somente as substâncias entorpecentes ou capazes de produzir dependência física ou psíquica constantes das relações publicadas conjuntamente com a Lei 6.368/76, por se tratar de norma penal em branco em sentido amplo.
- d) qualquer substância especificada em lei como entorpecente, por se tratar de norma penal em branco em sentido estrito.
- e) somente as substâncias consideradas em lei como entorpecentes, considerando-se o princípio constitucional da irretroatividade da lei penal.

2) No tema "Lei Penal no Tempo", o princípio da ultratividade da lei penal significa:

- a) aplicação da lei penal mais benéfica para fatos ocorridos antes de sua vigência.
- b) aplicação da lei penal mais benéfica para fatos ocorridos antes e depois de sua vigência.
- c) aplicação da lei penal mais benéfica para fatos ocorridos durante a sua vigência mesmo após sua revogação.
- d) proibição da retroatividade da lei penal.
- e) irretroatividade da lei penal, salvo para beneficiar o réu.

3) Antonio, agindo com animus necandi e utilizando-se de um revólver, produz em Bernardo determinados ferimentos apontados no exame de corpo de delito. Bernardo vem a falecer, não em razão das lesões produzidas diretamente por Antônio, mas por complicações decorrentes do tratamento hospitalar. Assinale a alternativa correta:

- a) Antonio não responde por homicídio doloso, pois houve a superveniência de uma causa relativamente independente que, por si só, produziu o resultado, sendo responsável somente por tentativa de homicídio.
- b) Antonio responde por homicídio doloso, pois houve a superveniência de uma causa relativamente independente que não produziu por si só o resultado.
- c) Antonio não responde pelo resultado da morte a título de dolo pois houve a superveniência de uma causa absolutamente independente, respondendo o agente dolosamente somente pelos atos anteriores cometidos.
- d) Antonio responde por lesão corporal seguida de morte, pois houve a superveniência de uma causa relativamente independente e a sua vontade era somente de ofender a integridade corporal.
- e) Antonio responde por homicídio doloso, pois houve a superveniência de uma causa relativamente independente que não se insere no desdobramento causal da conduta anterior.

4) O pagamento do tributo devido e de seus acréscimos, antes do recebimento da denúncia, nos crimes de sonegação fiscal, a pós a edição da Lei 9.249/95, atualmente em vigor, configura:

- a) abolição criminis
- b) arrependimento eficaz
- c) arrependimento posterior

- d) circunstância atenuante
- e) causa especial de extinção de punibilidade

5) Antonio, por motivo torpe da vingança,pretende matar Bernardo. No período noturno, permanece nas proximidades da casa de Bernardo e vê um vulto saindo da residência. Efetua um disparo de revólver e mata Carlos, pessoa que até então desconhecia, imaginando que se tratava de Bernardo. Escolha a alternativa correta:

- a) Trata-se de homicídio cometido com aberratio ictus, respondendo Antonio por homicídio qualificado pelo motivo torpe, pois sua pretensão era, por vingança, matar Bernardo.
- b) Trata-se de homicídio cometido com aberratio ictus, respondendo Antonio por homicídio simples pois ate então desconhecia Carlos.
- c) trata-se de homicídio cometido com erro sobre a pessoa, respondendo Antonio por homicídio qualificado pelo motivo torpe, pois sua pretensão era, por vingança, matar Bernardo.
- d) trata-se de hipótese de aberratio criminis,respondendo Antonio por homicídio doloso em relação a Carlos e tentativa de homicídio qualificado pelo motivo torpe em relação a Bernardo.
- e) trata-se de homicídio cometido com erro sobre a pessoa, respondendo Antonio por homicídio simples, pois até então desconhecia Carlos.

6) Antonio foi denunciado pela prática de seguidos estupros e atentados violento ao pudor, tendo sido verificado nos autos sua inimizabilidade, bem como a veracidade da acusação formulada em juízo. Escolha a alternativa que corresponde à sanção penal que deverá ser imposta a Antonio:

- a) receberá uma pena reduzida de um a dois terços, podendo a pena reduzida ser substituída pela medida de segurança, dado o sistema vicariante introduzido pela reforma da Parte Geral do Código Penal em 1984.
- b) receberá uma medida de segurança consistente em internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico pelo prazo máximo de três anos.
- c) receberá além da pena referente à prática do crime, uma medida de segurança pelo prazo mínimo de 1(um) a 3 (três) anos em razão de sua comprovada periculosidade.
- d) receberá uma medida de segurança,consistente em internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico pelo prazo mínimo de uma três anos.
- e) poderá receber uma medida de segurança consistente em tratamento ambulatorial pelo prazo mínimo de um a três anos.

7) Para a realização de um homicídio,o agente empregou uma arma que portava consigo sem a devida licença da autoridade competente. Nesse caso o correto é afirmar que o agente responderá:

- a) por ambas as infrações penais, tanto pelo homicídio doloso, como pela contravenção de porte ilegal de arma, pois o emprego de arma era condição indispensável para a prática do crime contra a vida.
- b) somente pelo homicídio doloso, aplicando-se o princípio da especialidade, uma vez que a norma incriminadora do homicídio, por ser mais genérica, contém em sua definição todos os elementos integrante da contravenção de porte ilegal de arma
- c) somente pelo homicídio doloso, pois o crime pelo porte ilegal de arma é expressamente subsidiário em relação ao homicídio, somente sendo aplicável se o fato não constituir crime mais grave
- d) por ambas as infrações penais, tanto pelo homicídio, como pela contravenção de porte ilegal de arma, pois o emprego de arma não era condição indispensável para a prática do homicídio.
- e) somente pelo homicídio doloso, pis a contravenção de porte ilegal de arma será absorvida pela prática de crime doloso contra a vida, aplicando-se o princípio da consumação, pois o porte ilegal de arma é uma fase na prática do homicídio.

8) Assinale a alternativa não verdadeira:

a) o roubo próprio distingue-se do roubo impróprio pelo momento em que a violência ou grave ameaça é exercida para a subtração da coisa; no roubo impróprio a violência ou grave ameaça é exercida após a subtração da coisa para assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa, enquanto que no roubo próprio a violência ou grave ameaça é empregada de forma a permitir a subtração da coisa.

b) o roubo distingue-se da extorsão, pois no roubo a subtração da coisa é feita pelo próprio agente, enquanto que na extorsão é a própria vítima que entrega a coisa em razão da violência ou grave ameaça sobre ele exercida, geralmente existindo um intervalo de tempo entre o meio coitado e a reação do ofendido.

c) o furto mediante fraude distingue-se do estelionato pelo modo que é utilizado o meio fraudulento: no furto mediante fraude o agente voluntariamente entrega a coisa em razão de ter sido iludido, enquanto que no estelionato a fraude é apenas uma forma de reduzir a vigilância exercida pelo proprietário sobre a coisa, de forma a permitir sua retirada.

d) um dos elementos que distinguem a apropriação indébita do peculato é a qualidade do sujeito ativo do crime, somente podendo responder como autor de peculato o funcionário público, por se tratar de crime próprio.

e) o estelionato distingue-se da apropriação indébita pelo momento em que é revelado o dolo na conduta do agente; no estelionato o dolo precede à obtenção da vantagem ilícita, enquanto que na apropriação indébita o dolo somente se manifesta após a entrega voluntária da coisa.

9) O crime de roubo pode ser classificado quanto ao momento consumativo, quanto à forma de ação, quanto ao número de agentes e quanto ao resultado como:

- a) instantâneo, comissivo, plurissubjetivo e formal
- b) permanente, comissivo, unissubjetivo e material
- c) instantâneo, omissivo, plurissubjetivo e formal
- d) instantâneo, comissivo, unissubjetivo e material
- e) permanente, omissivo, plurissubjetivo e material

10) Qual dos enunciados abaixo não corresponde a entendimento jurisprudencial consagrado em Súmulas de Tribunais Superiores:

- a) "Quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido"
- b) "Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração dos bens da vítima"
- c) "No crime de estupro, praticado mediante violência real, a ação penal é pública incondicionada"
- d) "O crime de extorsão consuma-se com a obtenção da vantagem indevida"
- e) "Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação"

PROVA DE DIREITO PENAL

11) A conduta do proprietário de terra que contrata trabalhadores rurais para serviços de agricultura, impedindo-os de deixarem a fazenda sem a liquidação prévia dos débitos superfaturados no armazém da propriedade configura crime de:

- a) constrangimento ilegal
- b) seqüestro e cárcere privado
- c) plágio ou redução à condição análoga de escravo
- d) estelionato
- e) extorsão mediante seqüestro

12) Qual dos enunciados abaixo não corresponde a entendimento jurisprudencial consagrado em Súmulas de Tribunais Superiores:

- a) "A condenação anterior à pena de multa obsta a concessão do sursis "
- b) "A punição do intermediador, no jogo do bicho, independe da identificação do 'apostador' ou do 'banqueiro'"
- c) "A sentença concessiva do perdão judicial é declaratória de extinção de punibilidade, não subsistindo qualquer efeito condenatório"
- d) "É pública incondicionada a ação penal por crime de sonegação fiscal"
- e) "Não há crime, quando a preparação do flagrante pela polícia, torna impossível a sua consumação"

13) Assinale a alternativa não verdadeira:

- a) O crime de resistência se distingue do crime de desacato, porque o crime de resistência pressupõe a utilização de violência ou grave ameaça para impedir o funcionário público de executar um ato legal, enquanto que no crime de desacato o agente simplesmente desatende a ordem legal emanada do funcionário público, sem qualquer outro propósito
- b) O crime de concussão se distingue do crime de corrupção passiva pois no crime de concussão o funcionário público faz uma exigência indevida, enquanto que no crime de corrupção passiva o agente solicita ou recebe uma vantagem indevida
- c) O crime de corrupção passiva se distingue do crime de prevaricação, porque o crime de corrupção passiva pressupõe um ajuste entre o corrupto e o corruptor, o que não ocorre no crime de prevaricação .
- d) O crime de denúncia caluniosa se distingue da infração penal de comunicação falsa de crime, pois na comunicação falsa de crime não se faz à Autoridade Policial imputação de prática de um crime a uma pessoa determinada que se sabe inocente.
- e) O crime de favorecimento pessoal se distingue do crime de favorecimento real, pois no crime de favorecimento pessoal é prestado auxílio ao autor do crime para subtrair-se da ação da autoridade pública, enquanto que no favorecimento real é prestado auxílio ao autor do crime destinado a tornar seguro o proveito do crime.

14) Assinale a alternativa não verdadeira:

- a) A conduta do motorista que transporta no porta-luvas de seu veículo, em condições de pronto uso, sem licença da autoridade, um revólver devidamente municiado, configura a contravenção de porte ilegal de arma
- b) A conduta da pessoa que em meio a festividades carnavalescas de rua efetua disparos para cima configura a contravenção de disparo de arma de fogo
- c) A conduta do motorista que consciente e voluntariamente dirige o veículo em via pública de forma perigosa, de forma a expor a perigo direto e real a vida e a saúde de uma pessoa determinada, configura a contravenção de direção perigosa de veículo na via pública
- d) A conduta de um proprietário de um bar que, sem licença da autoridade, serve a freguesia com um revólver na cinta devidamente municiado configura a contravenção de porte ilegal de arma
- e) A simples circunstância de uma pessoa efetivamente saber dirigir um veículo a motor não elide a contravenção de dirigir sem a devida habilitação, sendo irrelevante questionar-se sobre a habilitação do fato

15) Assinale a alternativa correta em relação aos seguintes enunciados :

- I) em relação ao concurso de pessoas, o Código Penal adota a teoria monista, segundo a qual todos que contribuem para a prática de uma infração penal cometem um único crime, distinguindo, contudo, os autores do crime dos partícipes;
- II - nos casos de concurso de pessoas, o co-autor pode ter sua pena reduzida se sua participação for de menor importância ;
- III - se no desdobramento causal da conduta é previsto e aceito o crime mais grave, ainda por dolo eventual, o partícipe também responde também por ele.

- a) somente os enunciados II e III são corretos

- b) somente os enunciados I e II são corretos
- c) todos os enunciados são corretos
- d) nenhum dos enunciados é correto
- e) somente os enunciados I e III são corretos

16) Assinale a alternativa correta em relação aos seguintes enunciados :

I) são considerados como crimes hediondos para efeitos da Lei nº 8.072/90, atualizada pela Lei nº 8.930/94, o homicídio simples, o homicídio qualificado, o latrocínio, a extorsão qualificada pelo resultado morte, o estupro, o atentado violento ao pudor e o tráfico de entorpecentes;
II) Os crimes hediondos são insuscetíveis de anistia, graça, indulto, fiança, liberdade provisória e livramento condicional, devendo a pena ser integralmente cumprida em regime fechado;
III) são previstas aos autores de crimes hediondos cometidos contra pessoas em que é presumida a violência penas de reclusão superiores ao limite máximo de 30 anos estabelecido no art. 75 do Código Penal como prazo máximo para cumprimento da pena privativa de liberdade.

- a) somente um dos enunciados é correto
- b) somente os enunciados I e III são corretos
- c) somente os enunciados II e III são corretos
- d) nenhum dos enunciados é correto
- e) somente os enunciados I e II são corretos

17) Assinale a alternativa não verdadeira:

a) anistia é ato da competência da União, mediante lei aprovada pelo Congresso Nacional, de esquecimento jurídico de determinadas infrações penais, extinguindo todos os efeitos penais da sentença condenatória, subsistindo, contudo, os efeitos civis.
b) perdão judicial é o ato unilateral pelo qual o ofendido ou seu representante legal, após iniciada a ação penal privada exclusiva e antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, desiste de seu prosseguimento
c) indulto é o ato da competência privativa do Presidente de República, manifestando uma forma de clemência soberana de caráter geral, extinguindo ou comutando penas, atingindo os efeitos executórios penais da sentença condenatória, permanecendo, contudo, os efeitos civis
d) perempção é a perda do direito de prosseguir na ação penal privada exclusiva já iniciada e não encerrada em face da inércia do querelante em promovê-la de forma adequada
e) prescrição é a perda da pretensão punitiva ou executória do Estado em virtude do decurso de um determinado período de tempo sem o exercício efetivo do direito de punir

18) Assinale a alternativa correta em relação aos seguintes enunciados:

I - os crimes de calúnia e difamação consumam-se no momento em que a ofensa chega ao conhecimento de terceiro, enquanto o crime de injúria consuma-se no momento em que a ofensa chega ao conhecimento da vítima;
II - imputar falsamente ao proprietário de uma casa lotérica a prática diária de jogo do bicho em seu estabelecimento comercial configura o crime de calúnia;
III - a exceção da verdade nos crimes contra honra somente é admitida nos crimes de calúnia e nos crimes de injúria cometidos contra funcionários públicos.

- a) nenhum dos enunciados é correto
- b) somente os enunciados I e III são corretos
- c) somente os enunciados II e III são corretos
- d) somente os enunciados I e II são corretos
- e) somente um dos enunciados é correto

19) A conduta do agente que retira uma mulher honesta de 15 anos de idade da casa de seus pais, com seu consentimento, e a leva, durante um fim de semana prolongado, para o hotel de uma

cidade vizinha, onde, mediante fundada promessa de casamento, a deflora, perante a nossa legislação deve ser enquadrada da seguinte forma:

- a) rapto consensual e sedução
- b) rapto consensual
- c) sedução
- d) rapto mediante fraude
- e) rapto mediante fraude e sedução

20) A conduta do agente que, em instrumento público de cessão de compromisso de compra e venda, insere falsa declaração de estado civil, com o intuito de prejudicar o cônjuge, de quem pretenda se separar judicialmente, configura qual figura penal:

- a) falsificação de documento público
- b) falsidade ideológica
- c) falsificação de documento particular
- d) estelionato
- e) falsa identidade

DIREITO PROCESSUAL PENAL

21) Ficando demonstrado, durante a instrução criminal, que o acusado é menor de 18 anos de idade, deve o juiz:

- a) proferir a sentença absolutória porque o fato não constitui infração penal
- b) declinar de sua competência e encaminhar os autos ao Juízo da Infância e Juventude
- c) anular a ação penal por ilegitimidade ativa da parte
- d) proferir sentença absolutória porque o réu está isento de pena
- e) anular a ação penal por ilegitimidade passiva de parte

22) Nos crimes de ação privada o inquérito policial será iniciado

- a) de ofício
- b) mediante requisição do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido
- c) mediante requerimento do ofendido ou de seu representante legal
- d) mediante requisição de autoridade judiciária
- e) mediante requisição do Ministério Público

23) Em relação ao exame de insanidade mental:

- a) o acusado, se estiver solto, será imediatamente recolhido à prisão à disposição dos peritos
- b) do despacho que determinar a realização do exame caberá recurso em sentido estrito
- c) o exame poderá ser ordenado ainda na fase do inquérito, mediante representação da autoridade policial ao juiz competente
- d) suspender-se-á o curso do processo, até o pronto restabelecimento do acusado, se os peritos concluírem que ele era, ao tempo da infração, penalmente irresponsável.
- e) concluindo os peritos que a doença mental sobreveio à infração, o processo retomará o seu curso, com nomeação de curador ao acusado.

24) Em processo por crime definido no art. 155, "caput", do CP, vislumbrou-se a configuração do tipo previsto no art. 168, "caput", do CP, não estando a elementar precedente posse ou detenção descrita na denúncia. Muito embora as penas previstas para os dois delitos sejam as mesmas, deve o juiz:

- a) julgar os fatos de acordo com a imputação contida na denúncia, ou seja, pelo crime de furto

- b) corrigir a omissão da denúncia e condenar o acusado no dispositivo correto
- c) baixar o processo a fim de que a defesa, no prazo de oito dias, fale e, se quiser, produza prova
- d) baixar o processo a fim de que o Ministério Público possa aditar a denúncia
- e) proferir sentença absolutória porque o acusado não pode ser condenado por fato não descrito na denúncia

25) Em relação à eficácia temporal da lei processual penal, é válido afirmar-se:

- a) à norma processual penal, com conteúdo predominantemente de direito penal, não se aplica os princípios da temporalidade das leis penais
- b) em razão do princípio da irretroatividade da lei mais severa, a norma processual penal propriamente dita só retroagirá quando beneficiar o réu
- c) a norma processual penal propriamente dita, caso não haja disposição em contrário, terá aplicação imediata, pouco importando se mais severa ou não
- d) a norma processual penal propriamente dita terá efeito retroativo, com a aplicação dos princípios da temporalidade das leis penais

26) Constituem exceções peremptórias:

- a) a incompetência do juízo e litispendência
- b) suspeição e ilegitimidade da parte
- c) incompetência do juízo e coisa julgada
- d) suspeição e incompetência do juízo
- e) coisa julgada e litispendência

27) Na ação penal de iniciativa pública, não sendo caso de arquivamento das peças de autuação sumária e não havendo composição civil ou transação, caberá ao Ministério Público tendo em vista os dispositivos da Lei 9.099, de 26.9.95 (Lei dos Juizados Especiais Criminais):

- a) aguardar a realização do laudo de exame do corpo de delito e oferecer denúncia no prazo de quinze dias
- b) oferecer ao Juiz, de imediato, denúncia oral, se não houver necessidade de diligências imprescindíveis
- c) aguardar, pelo prazo de trinta dias, a conclusão do inquérito policial para a formação da "opinio delicti"
- d) oferecer denúncia e requerer o encaminhamento do feito ao Juízo comum para prosseguimento, com designação de audiência de instrução e julgamento
- e) encaminhar as peças existentes ao Juízo comum para nova tentativa de composição civil ou transação

28) O recurso voluntário, contra a decisão que excluir jurado da lista geral, poderá ser interposto no prazo de:

- a) cinco dias
- b) quinze dias
- c) dez dias
- d) vinte dias
- e) dois dias

29) O Juiz deve recorrer de ofício quando:

- a) conceder ordem de "habeas corpus"
- b) deixar de arbitrar fiança
- c) julgar idônea a fiança
- d) revogar medida de segurança
- e) decretar medida de segurança, depois de transitar a sentença em julgado

30) Nos termos da Lei 9.099, de 26.09.95 (Lei dos Juizados Especiais Criminais), admite-se a suspensão condicional do processo:

- a) nas contravenções penais e nos crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, executados os casos em que a lei preveja procedimento especial
- b) nos crimes e contravenções penais a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos
- d) nas contravenções penais e nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, executados os casos em que a lei preveja procedimento especial
- e) nos crimes e contravenções penais em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidos ou não pela lei especial

DIREITO PROCESSUAL PENAL

31) O réu, pronunciado por crime de infanticídio, deixa de comparecer, sem justa causa, ao julgamento pelo Tribunal do Júri. Desse modo:

- a) far-se-á o julgamento à sua revelia
- b) o julgamento será adiado para a seguinte sessão periódica
- c) ser-lhe-á decretada a prisão preventiva
- d) o julgamento será adiado para o primeiro dia desimpedido da mesma sessão periódica
- e) será conduzido coercitivamente ao Tribunal do Júri e julgado no mesmo dia

32) Remédios processuais que apresentam efeito regressivo:

- a) apelação e recurso em sentido estrito
- b) apelação e correição parcial
- c) correição parcial e recurso especial
- d) apelação e recurso especial
- e) recurso em sentido estrito e correição parcial

33) O pedido de desaforamento deve ser formulado

- a) na fase do artigo 406, CPP
- b) na fase da defesa prévia
- c) em qualquer fase do processo, por deliberação do juiz da causa
- d) após o trânsito em julgado da decisão da pronúncia
- e) em qualquer fase do processo, por determinação do Tribunal de Justiça

34) Haverá continência por cumulação objetiva quando:

- a) houver pluralidade de agentes e unidade de infração
- b) duas ou mais infrações houverem sido cometidas, ao mesmo tempo, por diversas pessoas reunidas
- c) as infrações são praticadas para conseguir vantagem em relação a qualquer delas
- d) a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração
- e) uma única conduta delituosa gerar pluralidade de eventos típicos

35) Aplica-se a deserção

- a) a todos os recursos
- b) à apelação
- c) ao recurso em sentido estrito
- d) ao "habeas corpus"

e) aos embargos de declaração

36) A remição é um direito privativo do condenado que esteja cumprindo a pena:

- a) em regime fechado ou semi-aberto
- b) em prisão albergue
- c) prestando serviços à comunidade
- d) em regime aberto
- e) em liberdade condicional

37) A intimação da sentença de pronúncia, por crime de homicídio duplamente qualificado, será feita:

- a) sempre ao réu pessoalmente
- b) mediante edital, se o réu, não tendo constituído defensor, não for encontrado
- c) ao defensor constituído, prescindindo-se da intimação pessoal do réu
- d) mediante edital, se o réu e o defensor não forem encontrados
- e) ao defensor constituído nos autos se, expedindo o mandado de prisão, o réu não for encontrado e assim o certificar o oficial de justiça

38) Fatos que levam à extinção anormal dos recursos:

- a) a fuga e intempestividade
- b) ilegitimidade de parte e falta de preparo
- c) intempestividade e desistência
- d) fuga e ilegitimidade de parte
- e) desistência e falta de preparo

39) Promotor de Justiça de São Paulo, na vigência da CF de 1988, pratica homicídio na cidade de Londrina, Paraná. O julgamento da ação penal competirá:

- a) ao Tribunal do Júri de Londrina
- b) ao Tribunal do Júri da Capital do Estado do Paraná
- c) ao Tribunal de Justiça do Paraná
- d) ao Tribunal de Justiça de São Paulo
- e) ao Tribunal do Júri da Capital do Estado de São Paulo

40) Em processo por crime de roubo duplamente qualificado, a defesa, em alegações finais, arguiu preliminar de nulidade processual, por vício de citação e, no mérito, pugnou pela desclassificação do delito para a figura simples. O juiz, deixando de fazer referência às teses defensivas, quer no relatório, quer na fundamentação, condenou o réu pela figura qualificada. Diante dessas circunstâncias é correto afirmar-se:

- a) a sentença não padece de vício algum porque as teses defensivas foram implicitamente rejeitadas
- b) o Tribunal, sem anular o ato processual, pode suprir a omissão em razão do efeito devolutivo dos recursos
- c) deve ser decretada a nulidade da sentença por conter erro "in judiciário"
- d) deve ser decretada a nulidade da sentença por falta de motivação
- e) deve ser decretada a nulidade da sentença por conter uma contradição entre a parte dispositiva e a fundamentação

DIREITO PROCESSUAL PENAL

31) O réu, pronunciado por crime de infanticídio, deixa de comparecer, sem justa causa, ao julgamento pelo Tribunal do Júri. Desse modo:

- a) far-se-á o julgamento à sua revelia
- b) o julgamento será adiado para a seguinte sessão periódica
- c) ser-lhe-á decretada a prisão preventiva
- d) o julgamento será adiado para o primeiro dia desimpedido da mesma sessão periódica
- e) será conduzido coercitivamente ao Tribunal do Júri e julgado no mesmo dia

32) Remédios processuais que apresentam efeito regressivo:

- a) apelação e recurso em sentido estrito
- b) apelação e correição parcial
- c) correição parcial e recurso especial
- d) apelação e recurso especial
- e) recurso em sentido estrito e correição parcial

33) O pedido de desaforamento deve ser formulado

- a) na fase do artigo 406, CPP
- b) na fase da defesa prévia
- c) em qualquer fase do processo, por deliberação do juiz da causa
- d) após o trânsito em julgado da decisão da pronúncia
- e) em qualquer fase do processo, por determinação do Tribunal de Justiça

34) Haverá continência por cumulação objetiva quando:

- a) houver pluralidade de agentes e unidade de infração
- b) duas ou mais infrações houverem sido cometidas, ao mesmo tempo, por diversas pessoas reunidas
- c) as infrações são praticadas para conseguir vantagem em relação a qualquer delas
- d) a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração
- e) uma única conduta delituosa gerar pluralidade de eventos típicos

35) Aplica-se a deserção

- a) a todos os recursos
- b) à apelação
- c) ao recurso em sentido estrito
- d) ao "habeas corpus"
- e) aos embargos de declaração

36) A remição é um direito privativo do condenado que esteja cumprindo a pena:

- a) em regime fechado ou semi-aberto
- b) em prisão albergue
- c) prestando serviços à comunidade
- d) em regime aberto
- e) em liberdade condicional

37) A intimação da sentença de pronúncia, por crime de homicídio duplamente qualificado, será feita:

- a) sempre ao réu pessoalmente
- b) mediante edital, se o réu, não tendo constituído defensor, não for encontrado

- c) ao defensor constituído, prescindindo-se da intimação pessoal do réu
- d) mediante edital, se o réu e o defensor não forem encontrados
- e) ao defensor constituído nos autos se, expedindo o mandado de prisão, o réu não for encontrado e assim o certificar o oficial de justiça

38) Fatos que levam à extinção anormal dos recursos:

- a) a fuga e intempestividade
- b) ilegitimidade de parte e falta de preparo
- c) intempestividade e desistência
- d) fuga e ilegitimidade de parte
- e) desistência e falta de preparo

39) Promotor de Justiça de São Paulo, na vigência da CF de 1.988, pratica homicídio na cidade de Londrina, Paraná. O julgamento da ação penal competirá:

- a) ao Tribunal do Júri de Londrina
- b) ao Tribunal do Júri da Capital do Estado do Paraná
- c) ao Tribunal de Justiça do Paraná
- d) ao Tribunal de Justiça de São Paulo
- e) ao Tribunal do Júri da Capital do Estado de São Paulo

40) Em processo por crime de roubo duplamente qualificado, a defesa, em alegações finais, arguiu preliminar de nulidade processual, por vício de citação e, no mérito, pugnou pela desclassificação do delito para a figura simples. O juiz, deixando de fazer referência às teses defensivas, quer no relatório, quer na fundamentação, condenou o réu pela figura qualificada. Diante dessas circunstâncias é correto afirmar-se:

- a) a sentença não padece de vício algum porque as teses defensivas foram implicitamente rejeitadas
- b) o Tribunal, sem anular o ato processual, pode suprir a omissão em razão do efeito devolutivo dos recursos
- c) deve ser decretada a nulidade da sentença por conter erro "in judiciário"
- d) deve ser decretada a nulidade da sentença por falta de motivação
- e) deve ser decretada a nulidade da sentença por conter uma contradição entre a parte dispositiva e a fundamentação

DIREITO CIVIL, DIREITO COMERCIAL E DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

51) Tratando-se de pedido de restituição de mercadorias em processo de concordata preventiva, não havendo contestação, o juiz:

- a) deve determinar em qualquer hipótese que o feito siga o rito ordinário
- b) deve admitir o rito sumaríssimo, designando audiência
- c) deve aceitar a confissão tácita do concordatário, e ouvidos o comissário e o Representante do Ministério Público, decidir de plano, sem designar audiência
- d) pode julgar antecipadamente a lide, sem ouvir o comissário e o representante do Ministério Público
- e) deve determinar a designação de audiência, havendo ou não contestação, independentemente do rito que vier a ser adotado

52) A falta de acordo das partes, ou provimento judicial a respeito do lugar do pagamento da dívida alimentar, tem-se que :

- a) o pagamento deve ser pleiteado pelo credor no domicílio do devedor
- b) o pagamento deve ser feito pelo devedor em juízo
- c) o valor da dívida deve ser depositado pelo devedor em juízo, sendo imprescindível a prévia oitiva do Ministério Público
- d) o valor da dívida deve ser depositado pelo credor em juízo, sendo imprescindível a oitiva prévia e concordância do Ministério Público
- e) o pagamento deve ser feito pelo devedor no domicílio do credor

53) O pai, destituído do pátrio poder:

- a) desobriga-se do dever de sustento do filho, apenas na hipótese deste vir a ser adotado
- b) desobriga-se definitivamente do dever de sustento do filho
- c) desobriga-se do dever de sustento do filho, se este permanecer sob a guarda da mãe
- d) desobriga-se do dever de sustento do filho, enquanto persistir a destituição
- e) não se desobriga jamais do dever de sustento do filho

54) a emancipação, por concessão do pai, ou, se for morto, da mãe, deverá ser outorgada através de:

- a) somente escritura particular
- b) somente escritura pública
- c) por escritura pública ou particular
- d) sentença judicial em procedimento de jurisdição voluntária
- e) sentença judicial em processo ordinário

55) O pagamento ao credor quirografário de dívida ainda não vencida, tipifica:

- a) fraude contra credores
- b) fraude à execução
- c) coação
- d) dolo
- e) erro

56) O procedimento para a perda ou suspensão do pátrio poder, terá início por provocação do Ministério Público

- a) exclusivamente
- b) ou do Juiz de Direito
- c) ou de quem tenha legítimo interesse
- d) ou do Juiz de Menores
- e) ou do Juiz da Infância e da Juventude

57) O requerimento para a adoção de criança ou de adolescente pode ser deduzido:

- a) por procurador, nomeado pelo adotante através de escritura pública
- b) por procurador, nomeado pelo adotante através de simples instrumento particular, desde que com firma reconhecida
- c) por procurador, nomeado pelo adotante através de simples instrumento particular, desde que a procuração contenha poderes expressos para adotar
- d) apenas pelo próprio adotante, pois a levedade a adoção por procuração
- e) por procurador nomeado pelo adotante, se provada a justa impossibilidade do comparecimento pessoal do segundo em juízo

58) Das cinco formas de testamento abaixo relacionadas, apenas uma delas não admite reconstituição

- a) militar
- b) marítimo
- c) cerrado
- d) particular
- e) público

59) De acordo com o Código Civil Brasileiro, não pode ser objeto de legado:

- a) prestações de fazer, positivas ou negativas
- b) usufruto
- c) direitos personalíssimos
- d) alimentos
- e) dívida real

60) A ação de sonegados, pode ser intentada:

- a) somente pelos herdeiros
- b) pelos herdeiros e credores
- c) somente pelos credores
- d) pelo legatário
- e) pelo Ministério Público

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E TUTELA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

61) O princípio informativo que inspirou, nitidamente, a regra do art. 301, do CPC, que estabelece uma ordem, preceituando devam ser as questões preliminares alegadas antes do mérito é o princípio:

- a) jurídico
- b) lógico
- c) político
- d) econômico
- e) técnico

62) Os princípios que indicam a atribuição à parte da iniciativa de provocar o exercício da função jurisdicional e a possibilidade de as pessoas apresentarem ou não sua presença em juízo são, respectivamente:

- a) o princípio da demanda e o princípio do impulso oficial
- b) o princípio da ação e o princípio da disponibilidade
- c) o princípio da ação e o princípio do impulso oficial
- d) o princípio da provocação e o princípio da disponibilidade
- e) o princípio da demanda e o princípio da oportunidade

63) relativamente a carência e a improcedência da ação, é correto afirmar-se que:

- I) na primeira não há decisão sobre o mérito, enquanto que na segunda sim,
- II) apenas a primeira pode ser decretada quando do despacho da inicial;
- III) no caso da primeira, a demanda pode ser renovada posteriormente, enquanto que no da segunda não

- a) apenas a afirmativa constante do item I é correta
- b) as afirmativas constantes dos itens II e III são incorretas
- c) a afirmativa constante do item II é correta
- d) as três afirmativas são corretas

e) as afirmativas constantes dos itens I e II são corretas

64) É possível a alteração do pedido :

- I) antes da citação do réu, desde que haja sua concordância;
- II) depois da citação do réu, independentemente da sua concordância se ele for revel;
- III) até o saneamento do processo, sendo imprescindível a concordância do réu, caso não seja ele revel;
- IV) em qualquer fase do processo, até a sentença, desde que haja a concordância do réu

- a) apenas as alternativas I e II são corretas
- b) apenas a alternativa I é correta
- c) apenas as alternativas I, II e III são corretas
- d) as alternativas I, II, III e IV são corretas
- e) todas as alternativas são corretas

65) Relativamente às exceções, pode-se dizer que:

- I) as dilatórias distendem do curso do processo, jamais lhe pondo fim;
- II) as peremptórias tem por escopo o trancamento do processo, sempre com conhecimento do mérito;
- III) nunca podem ser propostas oralmente

- a) apenas as afirmativas I e II são corretas
- b) apenas as afirmativas I e III são corretas
- c) apenas as afirmativas II e III são corretas
- d) apenas a afirmativa I é correta
- e) as três afirmativas são corretas

66) O indeferimento da inicial

- a) jamais será decretado com julgamento do mérito
- b) poderá ter a natureza de decisão terminativa definitiva
- c) é recorrível mediante agravo de instrumento, haja a vista a possibilidade de retratação
- d) é decretável sempre que o autor não a emendar no prazo de 10 dias
- e) somente se opera após o oferecimento de oportunidade para que o réu se manifeste sobre o seu conteúdo

67) Tratando-se de questão de direito, pode-se dizer que :

- I) jamais haverá necessidade da realização de prova a seu respeito;
- II) poderá o juiz determinar que se faça prova do seu teor e vigência sendo direito municipal, em qualquer caso;
- III) poderá o juiz determinar que se faça prova do seu teor e vigência, sendo direito federal, em alguns casos;
- IV) cuidando-se de direito federal nunca poderá ser objeto de prova.

- a) apenas a afirmativa IV é correta
- b) apenas a afirmativa I é correta
- c) as afirmativas II e IV são corretas
- d) as afirmativas I e IV são incorretas
- e) todas as afirmativas são corretas

68) Relativamente à confissão, é certo dizer-se que:

- I) pode ser prestada por procurador, sendo suficientes os poderes gerais "ad judicia";

II) não pode ser anulada depois de ser transitada em julgado a sentença;
III) jamais será eficaz no caso de litisconsórcio unitário, diante de a necessidade de a decisão ser igual para todos os litisconsortes

- a) todas as afirmativas são corretas
- b) nenhuma das afirmativas é correta
- c) apenas a afirmativa III é correta
- d) apenas as afirmativas II e III são corretas
- e) apenas as afirmativas I e III são corretas

69) Relativamente à exibição de documento ou coisa, é certo dizer-se que:

- I) terá sempre como consequência a pena de confesso;
- II) o direito a ela existe somente quando o requerido tiver obrigação legal de exhibir;
- III) apenas o terceiro que a ela se recusar está sujeito à responsabilização por crime de desobediência ;
- IV) o recurso cabível contra o que for decidido poderá ser a apelação

- a) todas as afirmativas são corretas
- b) apenas as afirmativas II e IV são corretas
- c) apenas a afirmativa I é correta
- d) apenas a afirmativa IV é correta
- e) apenas as afirmativas III e IV são corretas

70) É possível ao juiz impor limitação quanto ao número de litigantes na hipótese de litisconsórcio

- a) necessário ou facultativo, desde que haja conveniência à rápida solução do litígio
- b) necessário ou facultativo, desde que verificada dificuldade para o exercício da defesa
- c) facultativo, desde que provocado pela parte interessada
- d) facultativo
- e) facultativo, desde que o demandado o requerera no prazo para a resposta

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E TUTELA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

71) A condenação do litigante de má-fé à indenização

- a) tem cabimento desde que requerida pela parte contrária
- b) está condicionada a demonstração da ocorrência de danos
- c) pode ser aplicada pelos tribunais
- d) tem natureza ressarcitória
- e) depende sempre, no caso de sua aplicação pelos tribunais, de provocação

72) Feita a citação válida, considera-se interrompida a prescrição na data

- a) do despacho que manda citar o réu
- b) da citação
- c) do despacho que mandar citar o réu, desde que efetivada a citação em prazo não superior a dez dias
- d) da propositura da ação
- e) da citação, desde que ela tenha sido efetivada em prazo não superior a dez dias

73) Relativamente à intimação é correto afirmar que

- a) o advogado deve ser intimado sempre pelo escrivão

- b) não sendo a comarca sede do tribunal, a intimação do agravado, para que ele responda ao agravo, deve ser efetivada por ofício endereçado ao seu advogado
- c) a sua realização pelo correio sofre as mesmas limitações impostas à citação postal
- d) a certidão do oficial de justiça deve constar, se a pessoa intimada se recusar a apor sua nota de ciência, os nomes das testemunhas que assistiram ao ato
- e) não se pode sancionar a testemunha faltosa se a sua intimação se deu pelo correio

74) É defeso ao juiz exercer as suas funções no processo em que for parte:

- I) o seu irmão;
- II) um irmão do seu pai;
- III) um filho de um irmão do seu pai;
- IV) um irmão do seu avô;
- V) qualquer parente seu em linha reta.

- a) apenas a alternativa I é correta
- b) apenas as alternativas I e V são corretas
- c) apenas as alternativas I, II e V são corretas
- d) apenas a alternativa III é incorreta
- e) todas as alternativas são corretas

75) É possível a modificação de competência:

- I) em razão da matéria, somente por cláusula contratual;
- II) territorial, bastando a não-oposição de exceção declinatória de foro;
- III) em razão do valor, somente por meio de cláusula contratual;
- IV) relativa, apenas por prorrogação voluntária expressa.

- a) as alternativas I e II são corretas
- b) as alternativas II e III são corretas
- c) apenas a alternativa II é correta
- d) as alternativas II e IV são corretas
- e) apenas a alternativa IV é correta

76) A antecipação dos efeitos da tutela pretendida

- a) visa a assegurar ao titular do direito a possibilidade de exercê-lo no futuro
- b) jamais pode coincidir em extensão com a tutela definitiva
- c) somente tem cabimento se houver fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação
- d) não exige prova da verdade da alegação
- e) não é deferível em favor do réu

77) O Juizados Especiais Cíveis

- a) possuem competência para executar apenas as suas próprias sentenças
- b) têm sua competência delimitada sempre pelo valor da causa
- c) podem ser dirigidos por juizes leigos, desde que satisfeito o requisito do exercício da advocacia por prazo não inferior a cinco anos
- d) têm competência para processar e julgar em que for autor menor de 18 anos de idade, desde que devidamente assistido
- e) não excluem a possibilidade de litisconsórcio, tanto ativo como passivo

78) A ação popular

- a) admite o litisconsórcio ativo ou passivo
- b) pode ser proposta por cidadão, pelos partidos políticos e pelas entidades de classe

- c) pressupõe o fato administrativo lesivo
- d) julgada improcedente pode sempre ser renovada, desde que proposta por outro cidadão
- e) é cabível contra lei de efeitos concretos ou lei em tese

79) O mandado de segurança

- a) coletivo pode ser utilizado pelos sindicatos para a defesa de direitos individuais de alguns de seus filiados
- b) não é cabível contra atos praticados por pessoas ou instituições particulares
- c) jamais se presta ao ataque de leis ou decretos
- d) admite desistência a qualquer tempo, independente do consentimento do impetrado
- e) deve ser impetrado em prazo de cento e vinte dias, a contar da data em que o interessado tiver conhecimento oficial do ato a ser impugnado, salvo se houver causa suspensiva ou interruptiva

80) Relativamente ao agravo,

- a) o juízo de retratação não é o estágio obrigatório do respectivo procedimento
- b) a escolha entre formar o instrumento para a imediata apreciação do tribunal ou mantê-lo retido nos autos para futuro julgamento ; é sempre faculdade da parter ecorrente
- c) deve o agravante indiciar, já na petição de interposição, as peças do processo que devam ser trasladadas
- d) o efeito de suspender o cumprimento da decisão recorrida tem vez apenas nos casos de prisão civil, adjudicação, remição de bens ou levantamento de dinheiro sem caução idônea
- e) a sua interposição é inadmissível perante o órgão judicial responsável pelo ato decisório impugnado, devendo ser sempre endereçado ao tribunal competente para revisá-lo

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO

81) Ao consagrar o pluralismo político, a Constituição do Brasil institui:

- a) um dos fundamentos da República
- b) os sindicatos como representantes das categorias sociais da produção
- c) a multiplicidade de legendas partidárias
- d) o princípio da cooperação entre os povos
- e) o princípio democrático

82) Na estrutura escalonada das normas jurídicas o respectivo âmbito de incidência, é possível afirmar que estão em idêntica posição hierárquica;

- a) a Lei Delegada Federal e a Lei Delegada Estadual
- b) as Constituições Estaduais e a Constituição do Distrito Federal
- c) as Constituições Estaduais e as Leis Orgânicas dos Municípios
- d) as Constituições Estaduais e as Constituições Municipais
- e) a Medida Provisória Federal e Medida Provisória Estadual

83) A ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados:

- a) será conhecida e julgada pelo STJ
- b) será conhecida e julgada pelo Senado Federal
- c) não será conhecida, pela suspeição que decorre do envolvimento dos julgadores
- d) será conhecida e julgada pelo Conselho da República
- e) será conhecida e julgada pelo STF

84) Diante de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, compete ao Senado Federal:

- a) praticar ato vinculado, suspendendo a respectiva execução, na parte em que concorde com a decisão proferida pelo STF
- b) praticar ato discricionário, podendo deixar de suspender a parte da lei que, discordando da decisão do Supremo Tribunal Federal, considerar inconstitucional
- c) revogar, mediante Resolução, a respectiva execução
- d) suspender, total ou parcialmente, mediante Resolução, a respectiva execução
- e) verificar seus requisitos para a declaração de inconstitucionalidade forma observados, expedindo o Decreto Legislativo que suspenderá a execução da lei

85) O princípio da anterioridade tributária não se aplica

- a) ao imposto sobre a propriedade de veículos automotores e as contribuições da seguridade social
- b) ao imposto extraordinário cobrado em caso de guerra e ao imposto sobre a propriedade territorial rural
- c) ao imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro e ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana
- d) às taxas e ao empréstimo compulsório que cobrirá as despesas decorrentes de calamidade pública
- e) e) ao imposto de importação e às contribuições de seguridade social

86) De acordo com os mandamentos constitucionais, a lei tributária deve preencher os requisitos da estrita legalidade, da tipicidade fechada e da reserva absoluta de lei formal. Com base no segundo desses requisitos, posso afirmar que:

- a) a compostura do tipo tributário veda quaisquer variações no fato imponible
- b) o tipo tributário exige que os fatos imponíveis ocorram em lugares diferentes
- c) a descrição normativa do tipo compreende o lançamento
- d) a descrição normativa do tipo é um dos misteres do Poder Executivo
- e) o tipo tributário deve ser descrito com tal rigor que torna o fato imponible distinto de qualquer outro

87) A medida provisória perde a eficácia desde a edição, se não for convertida em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação. Isso significa que:

- a) tal como o decreto-lei, será considerada rejeitada por falta de deliberação congressual
- b) o Congresso Nacional, contrariamente ao que ocorria quando apreciava o decreto-lei, no sistema da Constituição de 1967, deverá disciplinar as relações jurídicas dela decorrentes
- c) não pode ter seu prazo de vigência prorrogado por ato do Poder Legislativo
- d) os atos praticados na sua vigência, assim como se dava no decreto-lei, são nulos
- e) o Congresso Nacional, assim como ocorria quando apreciava o Decreto-lei, deverá dispor sobre o ressarcimento das despesas públicas por ela acarretadas

88) A Constituição de certo Estado retirou do Chefe do Poder Executivo Estadual o poder de instaurar processo legislativo pertinente à definição dos níveis remuneratórios de servidores daquela unidade da Federação. Para garantir a sua prerrogativa, assegurada na Constituição Federal, o Governador do Estado impetrou ação direta de inconstitucionalidade, para a qual deve ser citado:

- a) Procurador Geral do Estado, que denunciará a lide à Assembléia Legislativa
- b) Procurador Geral de Justiça, que representará o Poder Legislativo Estadual
- c) Advogado-Chefe da Defensoria Pública, que defenderá a Constituição Estadual
- d) Presidente da Assembléia Constituinte Estadual, que prestará as informações sobre o teor do texto impugnado
- e) Advogado Geral da União, que defenderá o texto impugnado

89) Diante de ato normativo do Poder Executivo, que exorbite do poder de regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, compete exclusivamente ao Congresso Nacional:

- a) negar o referendo indispensável à eficácia do ato
- b) arguir inconstitucionalidade do ato
- c) extinguir o poder regulamentar
- d) sustar o ato
- e) emendar o ato, a fim de enquadrá-lo nos limites da delegação legislativa

90) O sistema financeiro nacional será regulado em lei:

- a) ordinária, que fixará critérios restritivos para a movimentação das cardenetas de poupança
- b) ordinária, que disciplinará os interesses nacionais em matéria financeira
- c) complementar, que disporá sobre o funcionamento dos estabelecimentos de previdência
- d) complementar, que fixará a taxa máxima de juros a ser cobrada pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar no país
- e) delegada, que fixará os requisitos para a designação da diretoria do Banco Central

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO

91) A contagem recíproca do tempo de contribuição, nos termos constitucionais, é assegurada:

- a) apenas aos trabalhadores que prestaram serviços à administração federal direta e às autarquias
- b) para quem tenha prestado serviço à administração pública e na atividade privada, rural e urbana, desde que o legislador dos diversos sistemas de previdência social fixe critérios para a compensação financeira do tempo contado
- c) somente aos trabalhadores urbanos, em relação ao tempo de serviço prestado à União, aos Estados, ao Distrito e aos Municípios, de acordo com a legislação pertinente
- d) para todos os trabalhadores de toda e qualquer atividade, exceto os militares, desde que haja convênio de compensação financeira entre os diferentes sistemas de previdência social
- e) a quem quer que trabalhe, concomitantemente, no serviço público e na iniciativa privada

92) Foram investidos, pela Constituição, em iguais direitos sociais:

- a) o trabalhador doméstico e o trabalhador avulso
- b) o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso
- c) o trabalhador doméstico com o servidor público civil
- d) os servidores civis e militares
- e) o trabalhador com vínculo empregatício permanente e os servidores públicos

93) Leis que organizem o Ministério Público da União e a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, são, respectivamente, de iniciativa privativa:

- a) da Câmara dos Deputados e da Assembléia Legislativa
- b) do Presidente da República e do Governador do Estado
- c) do Procurador Geral da República e do Procurador Geral do Estado
- d) do Congresso Nacional e da Assembléia Legislativa
- e) da Câmara dos Deputados e do Procurador Geral do Estado

94) O contrato administrativo deverá ser celebrado mediante licitação. Verificada a ilegalidade de quaisquer das suas cláusulas:

- a) o contrato será sustado pelo Congresso Nacional. Se este não tomar qualquer providência, o Tribunal de Contas da União decidirá a respeito
- b) o contrato será sustado pelo Senado Federal. Se este não tomar qualquer providência, o Superior Tribunal de Justiça decidirá a respeito
- c) o contrato será anulado pelo juiz competente, no foro de eleição
- d) o Tribunal de Contas sustará, sumariamente, o contrato, comunicando a decisão ao Supremo Tribunal Federal
- e) o Tribunal de Contas registrará o contrato, cabendo à unidade administrativa que o celebrou promover a revogação

95) A desafetação, enquanto instrumento de intervenção na propriedade é:

- a) fato ou manifestação do poder público mediante o qual o bem público é subtraído à dominialidade estatal para incorporar-se ao domínio privado do Estado ou do particular
- b) o ato pela qual a lei torna alienável o bem público
- c) é a forma pela qual a propriedade pública fica desonerada da finalidade privada na qual vinha sendo utilizada
- d) a descaracterização do interesse individual na utilização do bem público
- e) é sinônimo de investidura

96) É incorreto afirmar que a sociedade de economia mista:

- a) somente pode ser criada após a autorização legislativa específica, assumindo a forma de sociedade anônima
- b) poderá criar as subsidiárias desde que autorizada a tanto por legislativo específico
- c) é um cometimento estatal, personalizado, associado a capitais particulares, para a consecução de fins públicos
- d) deve sempre assumir a forma de sociedade em comandita por ações e ter maioria de capital privado
- e) está obrigada a admitir seus empregados através de concurso público, excetuadas as funções de confiança

97) No procedimento licitatório, adjudicação é:

- a) o ato pelo qual o poder licitante recebe, a título de pagamento, o objeto da licitação
- b) a entrega do objeto da concorrência ao proponente classificado em primeiro lugar, para subsequente efetivação do contrato administrativo
- c) o ato pelo qual, inexistindo licitantes que preencham os requisitos do edital, o poder público extingue o processo de licitação
- d) a ordem de expedição da carta convite, que se considera perfeita e acabada com a juntada do aviso de recebimento firmado por todos os chamados a participar
- e) a desclassificação do licitante que não preenche os requisitos do edital

98) Tício, aprovado em concurso de provas e títulos, é nomeado Promotor de Justiça Substituto do Estado de São Paulo. Toma posse perante o Procurador-Geral de Justiça, em Sessão Solene do Órgão Especial do Colégio de Procuradores, mas deixa de entrar em exercício no prazo legal. A autoridade administrativa competente deverá:

- a) proclamar abandono de cargo
- b) abrir sindicância administrativa a fim de apurar os fatos
- c) revogar a nomeação, aproveitando a vaga de acordo com a ordem de classificação no concurso
- d) promover o anulamento da nomeação, declarando vago o cargo, para provimento futuro
- e) desligá-lo do cargo

99) Licença, em direito administrativo, é:

- a) é o ato discricionário, unilateral, pelo qual se faculta, a título precário, o exercício de determinada atividade material que sem ela seria vedada
- b) é o ato unilateral, discricionário, pelo qual se faculta, ao particular, a execução de obras e serviços de utilidade pública
- c) é o ato convencional pelo qual o particular pede e o Poder Público outorga alvará de edificação em bem imóvel de propriedade do primeiro
- d) o ato vinculado, unilateral, pelo qual se faculta o exercício de determinada atividade material que sem ela seria vedada
- e) é ato de controle de outro ato jurídico pelo qual se dá eficácia ao primeiro

100) O desvio de poder, decorrente da suspensão de concorrência para a realização de obra que poderia favorecer inimigo político do Chefe do Poder Executivo, é vício do ato administrativo que atenta contra o princípio da:

- a) isonomia, que exige tratamento igualitário entre os concorrentes
- b) legalidade, do qual é o reverso
- c) continuidade do serviço público, que, suspensa a concorrência, se veria interrompido
- d) imparcialidade, que exige isenção da autoridade ao julgar concorrências

GABARITO

01.A 11.C 21.E 31.A 41.E 51.C 61.B 71.C 81.A 91.B
02.C 12.A 22.C 32.E 42.C 52.C 62.B 72.D 82.C 92.B
03.B 13.A 23.C 33.D 43.B 53.A 63.A 73.B 83.E 93.B
04.E 14.C 24.C 34.E 44.A 54.C 64.A 74.C 84.D 94.C
05.C 15.C 25.C 35.B 45.E 55.A 65.B 75.C 85.E 95.A
06.D 16.D 26.E 36.A 46.D 56.C 66.D 76.D 86.E 96.D
07.E 17.B 27.B 37.A 47.B 57.D 67.C 77.E 87.B 97.B
08.C 18.E 28.D 38.E 48.D 58.C 68.C 78.A 88.E 98.B
09.D 19.A 29.A 39.D 49.A 59.C 69.E 79.D 89.D 99.D
10.D 20.A 30.E 40.D 50.A 60.B 70.D 80.A 90.C 100.B